

Neoliberalismo e mudanças no mundo do trabalho: o caso dos professores da rede pública do Paraná

*Alcione José Kölln*¹

RESUMO: O cotidiano da escola pública paranaense nos revela as constantes reclamações dos professores sobre a alta quantidade de atividades e funções sob sua responsabilidade atualmente. Da mesma forma, o convívio com esta escola, nos revela a existência de um elevado número de professores com problemas de saúde e afastamento do trabalho, em decorrência das adversas condições de trabalho enfrentadas no ambiente escolar. Além destes, existem outros problemas que são razão de grande preocupação e estresse por parte dos professores. A partir desta situação procuramos conhecer e analisar o ambiente e as reais condições do trabalho docente existentes no sistema público estadual de educação da cidade de Foz do Iguaçu, e este esforço exige uma retomada de das características básicas do neoliberalismo e das reformas promovidas por este nos últimos tempos. Entendemos também que tentar entender a origem desta realidade é tentar desenvolver uma análise da relação dos processos mais amplos das mudanças no mundo do trabalho e dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE:

Juventude, mercado de trabalho, trajetórias, transição.

¹ Aluno especial do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Nível de Mestrado, da Unioeste Campus de Foz do Iguaçu. Especialização em História. Graduação em Filosofia.

INTRODUÇÃO

O cotidiano da escola pública paranaense mostra constantes reclamações dos professores sobre a alta quantidade de atividades e funções sob sua responsabilidade atualmente, comparativamente àquelas que eram de sua responsabilidade há algum tempo, bem como, várias realidades do dia-a-dia do professor que o preocupam e que são responsáveis por uma situação de constante estresse.

Da mesma forma, o convívio com esta escola, nos revela a existência de um elevado número de professores com problemas de saúde e afastamento do trabalho, em decorrência das adversas condições de trabalho enfrentadas no ambiente escolar.

Por outro lado, observa-se pouca discussão do assunto, por parte dos docentes da rede pública, no sentido de desenvolver uma análise da relação dos processos mais amplos das mudanças no mundo do trabalho e dos trabalhadores, com as condições concretas de trabalho dos sujeitos que atuam no meio educacional, no caso os professores.

Estas realidades nos forçam a procurar conhecer e analisar, o ambiente, e as reais condições do trabalho docente, existentes no sistema público estadual de educação da cidade de Foz do Iguaçu, a partir do contexto das reformas neoliberais.

E, para isso, se faz necessário uma retomada das reformas promovidas pelo neoliberalismo nos últimos tempos, de modo especial a partir do conceito de acumulação flexível.

1. A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E A REFLEXÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA NO BRASIL

Não pretendemos fazer uma análise dos vários aspectos do neoliberalismo, mas vamos nos restringir a um aspecto dele que é a sua relação com as classes trabalhadoras.

Na primeira metade da década de 1970 o sistema capitalista enfrentou uma grave crise mundial e o esforço de superação desta crise resultou numa nova dinâmica de acumulação capitalista, a chamada acumulação flexível. Esta é uma das chaves do neoliberalismo a partir de então.

Neste momento fica claro que o sistema precisa superar aquele modelo econômico e social, herdado do populismo varguista, e baseado no desenvolvimentismo industrial, com pilares plantados no protecionismo, com o Estado fazendo pesados investimentos na indústria de base, e concessões, embora restritas e ancoradas ao domínio do governo sobre os sindicatos dos trabalhadores, aos trabalhadores urbanos.

Esta acumulação flexível se apoia numa reestruturação produtiva e na flexibilização da legislação trabalhista que resulta em “regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, desregulamentando desta forma a relação trabalho-capital e acentuando a precarização do trabalho com a terceirização, os contratos temporários, o banco de horas, a redução da jornada de trabalho com redução salarial entre outros aspectos que foram incorporados às relações de trabalho (SOUZA FILHO). Mais conhecidas como medidas neoliberais.

Esta flexibilização da legislação trabalhista traz insegurança e é predatória para os trabalhadores, mas é defendida pelos capitalistas, e seus representantes, como positiva e necessária para preparar o país para uma economia aberta e evitar que mais uma vez

se caía numa crise econômica. Alegam também que estas mudanças são positivas por incentivar a livre negociação entre as partes contratantes, o patrão e o empregado.

Não podemos esquecer que esta lógica da flexibilização é reivindicada pela burguesia justamente num período em que os sindicatos estão em crise e conseqüentemente é difícil a mobilização dos trabalhadores, além de estarmos numa época de muito desemprego e também, em conseqüência, com um exército de reserva de mão de obra muito grande. Isso deixa claro o caráter ideológico destas medidas de flexibilização.

Além do que, existem estudos como os de Pochman, e outros, que mostram claramente que a flexibilização traz a precarização do trabalho através de suas estratégias como: terceirização, contratos temporários, bancos de horas, redução da jornada de trabalho com redução salarial, tendo como conseqüências o aumento de desemprego, aumento do subemprego - onde muitas vezes se ganha menos de US\$ 1 por dia -, redução dos postos de trabalho, com o aumento do trabalho informal e maior desamparo na cobertura social, o ingresso, cada vez mais cedo, de crianças no mercado de trabalho – aspecto importante para nosso estudo na área de educação, pois tira o adolescente, e até a criança, cada vez mais cedo da escola e o impede da possibilidade de um real preparo para seu crescimento como ser pleno, para a vida em sociedade, e para ter uma situação melhor no mercado de trabalho -, sindicatos em posição defensiva para garantir um mínimo necessário para os trabalhadores sobreviverem, o que por sua vez piora o bem estar dos trabalhadores, influenciando negativamente suas condições de moradia, alimentação, saúde, educação, etc.

Por outro lado pode-se afirmar que houve beneficiados sim, e estes não foram os trabalhadores, mas sim, o capital financeiro

internacional e a burguesia do nosso país, a qual continua tendo assegurado seu direito à propriedade privada e a exploração do trabalho assalariado em bases que permitem maior extração de mais-valia e uma maior concentração de renda a partir da década de 1990 nas mãos dos ricos.

2. A DETERIORIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES

A política neoliberal, brevemente descrita aqui, também afetou os trabalhadores da área da educação, de modo que com facilidade se encontra professores reclamando, pelo menos a partir da segunda metade da década de 1990, da sobrecarga de atividades ou funções, sob sua responsabilidade. Dentre elas podemos destacar:

1ª) A maioria dos professores das escolas públicas paranaenses cumpre uma elevada jornada de trabalho semanal.

Dados de uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em 2003, mostram que no Paraná 72,3% dos professores trabalham 40 horas semanais, 5,4% trabalham 30 horas semanais, 10,7% trabalham 20 horas semanais, 8% trabalham em outra situação e 3,6% não responderam.

2ª) A pequena quantidade de hora-atividade, destinadas às atividades de leituras, preparação de aulas, correção de provas, etc.

No Paraná, atualmente, um professor, independente do vínculo empregatício que mantenha com o Estado, ou da quantidade de aulas que leciona por semana, e, desde que, esteja em efetiva regência de classe, trabalha 80% do tempo em sala de aula com seus alunos, e dispõem de 20% do tempo de hora-atividade, que é o tempo destinado para estudos, planejamento, reunião pedagógica,

atendimento à comunidade escolar, preparação de aulas, avaliação dos alunos e outras (Plano de Carreira do Professor do Paraná, 2004).

3ª) Como consequência dessa pequena porcentagem de horatividade, o professor acaba tendo que trabalhar mais do que as horas contratadas para conseguir realizar as atividades pertinentes à sua função, é a dupla jornada de trabalho. Este trabalho não é remunerado, e é geralmente realizado em casa.

É ilustrativa desta situação a tabela, a seguir, que é resultado da pesquisa realizada pela CNTE, em 2003, a qual mostra dados contundentes sobre esta situação, e apresenta o Paraná como o estado onde este quadro é mais alarmante:

Tabela de horas semanais de trabalho do professor, decorrentes da sua função, realizadas em casa:

Horas semanais	TO	ES	RN	PR	AL	MT	PI	MG	GO	RS
Média	7	8	8	11	9	8	9	8	10	8

4ª) A grande quantidade de alunos presentes em cada sala de aula. Este problema se não impede, no mínimo, dificulta o trabalho do professor, pois ele precisa dar conta das situações geradas pela aprendizagem ou comportamento de um elevado número de alunos.

5ª) O descompromisso, ou desestímulo, de uma crescente quantidade de alunos com os estudos, a ponto de encontrarmos, com certa facilidade, aqueles que se sentem a vontade em afirmar que seu esforço não é mais tão necessário, por saber que “de qualquer forma acabam passando de ano”.

Augusto, citando a Resolução 521/04, da Secretaria da Educação de Minas Gerais, dá um claro exemplo da preocupação desta secretaria com a necessidade de aprovação dos alunos.

O sistema da REE/MG frisa a importância de que as escolas envidem todos os esforços, inclusive recuperação de alunos, para sanar dificuldades de aprendizagem e evitar a retenção, devendo para isso desenvolver amplas oportunidades de aprendizagem. A escola deverá organizar, de acordo com a determinação da Secretaria de Educação, diferentes estratégias, chamadas de “estudos orientados” e “estudos independentes”, no decorrer do ano letivo e em seu encerramento.

6ª) A pressão por parte de algumas esferas de chefia (direção de colégio, núcleo de ensino e/ou Secretaria de Educação do Estado), ou de instâncias internas das escolas, onde um colega exerce pressão sobre o outro, conselhos de classe, por exemplo, exigindo o cumprimento das metas de aprovação impostas pelos governos, com suas políticas neoliberais de educação, a partir da justificativa de otimizar a aplicação dos recursos na educação. Forçando assim com que o professor que exija uma aprendizagem real maior, abandone seus critérios e acabe consentindo a aprovação a partir parâmetros de menor exigência.

7ª) O elevado índice de violência presente em nossa sociedade e que constantemente ameaça tomar conta do ambiente escolar, quando não está já presente com demonstrações de violência como vandalismo, arrombamentos, agressões entre alunos, uso de drogas. etc. E também a crescente preocupação da ameaça de violência contra o professor.

Os acontecimentos mais frequentes que têm se verificado nas escolas da rede pública brasileira são o roubo e/ou vandalismo, seguidos de agressões entre alunos e, por último, as dirigidas a professores. Em todas as regiões do Brasil há estados caracterizados por um alto índice de vulnerabilidade das escolas aos episódios de roubo e/ou vandalismo (mais de 60% das escolas) (SORIA BATISTA & DARIO EL MOOR, 1999).

8ª) A expectativa de novos papéis depositados sobre a escola, e o professor, de ter que assumir função de disciplinar, profissionalizar, alimentar, etc.

Ilustrativo disso, no Estado do Paraná, é o “Programa Leite das Crianças”, que possui o nobre compromisso de distribuir um litro de leite para cada criança pobre do Estado, e cuja função de distribuição, além de outras, através de uma parceria com a Secretaria de Estado da Educação, cabe às escolas públicas do Estado, as quais se tornam assim postos de entrega de leite para as crianças pobres do Paraná.

Atribuições da SEED/PR no Programa:

- a disponibilização dos estabelecimentos de ensino da rede estadual como ponto de recebimento e distribuição do benefício do Programa;
- o provimento dos estabelecimentos de ensino da rede estadual de infra-estrutura e recursos para receber, armazenar com refrigeração e distribuir o benefício do Programa;
- o controle, o recebimento, o armazenamento e a distribuição do benefício do Programa aos beneficiários; e
- o estabelecimento dos critérios de horários de recebimento do benefício nos estabelecimentos de ensino da rede estadual, em consonância com a CEMP/LC e as usinas de beneficiamento do leite credenciadas (site do Programa Leite das Crianças) (SETP).

9ª) Esta situação de sobrecarga de atividades e funções, atribuídas aos professores, acaba por resultar em problemas de saúde.

Os problemas de saúde podem ser facilmente percebidos a partir do alto número de professores apresentando atestado médico e se afastando, temporariamente ou em definitivo, do trabalho de sala de aula nas escolas públicas do Paraná, bem como, também, a partir da constante prática de “adiantar” aulas presentes nas escolas.

Reis comenta o estudo de Codo, realizado sobre saúde mental e o de Silvano-Neto, sobre o processo e condições de trabalho e as repercussões sobre a saúde do educador.

O estudo de Codo (1999) sobre a saúde mental dos professores de primeiro e segundo graus em todo o país abrangeu 1.440 escolas e 30.000 professores, e revelou que 26% dos professores estudados apresentavam exaustão emocional. A desvalorização profissional, baixa auto-estima e ausência de resultados percebidos no trabalho desenvolvido foram fatores associados ao quadro encontrado. O estudo de Silvano-Neto et al. (2000) envolveu amostra representativa dos professores da rede particular de ensino de Salvador, abarcando 58 escolas e 573 professores. As condições de trabalho negativas mais referidas foram esforço físico elevado (78,8%), exposição à poeira e ao pó de giz (62%) e fiscalização contínua do desempenho (61,9%). As cinco queixas mais frequentes de saúde foram dor de garganta, dor nas pernas, dor nas costas, rouquidão e cansaço mental. A prevalência de distúrbios psíquicos menores foi de 20,3%. Os estudos anteriormente citados revelam elevado nível de estresse associado ao trabalho entre os educadores e deram visibilidade aos problemas de saúde no grupo ocupacional docente.

10^a) A baixa remuneração recebida pelo professor também é um problema que contribui para sua sobrecarga de atividades e funções, pois isso exige, que o professor, para conseguir ter um rendimento que lhe garanta uma qualidade de vida minimamente razoável, ou, aumente sua carga horária semanal de aulas, ou tenha uma segunda jornada em outro emprego.

A análise da pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em 2003, é bastante ilustrativa desta situação:

A média dos salários dos trabalhadores em educação situa-se na faixa de R\$ 500 a R\$ 700, muito pouco para assegurar condições de vida dignas para qualquer profissional, especialmente um cujas especificidades da sua atuação exigem dedicação exclusiva (a fim de se criar vínculos), tempo para formação, atualização e aperfeiçoamento (para que possa acompanhar a evolução técnica e científica), condições para

consumo de bens culturais (de modo que seja capaz de ampliar sua visão de mundo e socializá-la com os alunos).

Pesquisa do Fundo das Nações Unidas para Educação e Cultura (Unesco) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, revelou que os trabalhadores em educação do Brasil têm um dos piores salários entre 32 países de economia equivalente, o que prova que a situação de penúria dos educadores não é um problema, para usar palavras simples, de "pobreza da nossa economia", mas da falta de políticas públicas que insiram a educação como uma prioridade dentro de um projeto nacional global, acima de governos e além de mandatos.

11ª) Existe também o intuito, das políticas neoliberais, de jogar para a escola, e também para o professor, a responsabilidade de buscar soluções, através de parcerias, ou realização de festas, por exemplo, que dêem conta de prover financeiramente as necessidades da escola. É a ideia do empreendedorismo aplicada à escola, trazendo para ela, e para o corpo docente, responsabilidades que são na verdade do estado.

12ª) Outra realidade da escola pública do Paraná é a rotatividade dos professores. Esta característica está mais presente no dia a dia do professor com contrato temporário, pois este tem seu contrato de trabalho encerrado todo final de ano e reiniciado no início do próximo, o que faz com que não exista segurança alguma de que o professor consiga aulas na escola em que trabalhou no ano anterior e que possa dar continuidade ao trabalho realizado lá, aproveitando o fato de já conhecer os alunos e suas características, o projeto pedagógico da escola, etc.

Vale lembrar que existe uma prática arraigada, por parte do Estado, de contratar os professores temporários bem depois das aulas ter começado, das reuniões pedagógicas terem sido realizadas, além de submeter o professor, todo início de ano, a um teste seletivo, deixando ele, e seus familiares, sem rendimentos no durante os meses de férias.

13ª) Outro problema é a itinerância dos professores entre as escolas. O que faz com ele empregue necessariamente uma fatia considerável de seu tempo em se deslocar de uma escola a outra, e divida sua energia e concentração entre estes dois estabelecimentos de ensino, os quais possuem formas de organização pedagógica e administrativa, bem como alunos com realidades de aprendizagem diversas entre si, o que acaba por se constituir num fator de comprometimento do seu trabalho, além de deixar, por vezes, o professor numa situação de competidor que precisa chegar até a próxima escola num intervalo de uma ou duas aulas.

Esta característica também está mais presente no dia a dia do professor com contrato temporário, o qual por ter o contrato de trabalho aberto num período posterior aos demais, geralmente bem depois das aulas terem começado, e das reuniões pedagógicas terem sido realizadas, como foi dito a pouco, acaba tendo que se submeter a aceitar aulas fragmentadas, isto é, aulas distribuídas em vários colégios diferentes o que dificulta a possibilidade destas aulas serem colocadas num único dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma conclusão bastante clara que aflora da discussão realizada palestra é a situação de desgaste e desalento dos professores da rede pública do Paraná, com a situação construída nas escolas públicas, a partir das interferências das políticas neoliberais, especialmente com as medidas adotadas a partir da acumulação flexível na educação do estado.

Percebe-se que estas medidas deram conta de construir uma série de realidades que comprometem o trabalho do professor, a aprendizagem do aluno e até a sobrevivência, com um mínimo de qualidade física e emocional de vida, do professor.

O recorte adotado neste estudo nos permite chegar a estas conclusões, citadas acima, para um grupo específico, que são os professores, mas nos permite concluir que se fazem necessários mais estudos² sobre a influência das medidas neoliberais na realidade de trabalho e vida de outros grupos de trabalhadores.

Da mesma forma penso que esta palestra deve nos impelir, nem que minimamente, a tomarmos partido contrário a este tipo de política que serve para atender aos interesses de alguns, a burguesia, em detrimento e a para a desgraça, de muitos, os trabalhadores.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTO, M.H.O.G. As reformas educacionais e o 'choque de gestão': a precarização do trabalho docente. In: REUNÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambú. *Anais...* Caxambú: ANPED, 2005.

² Geraldo Augusto Pinto faz este tipo de estudo em seu artigo "Maquinaria e manufatura na fábrica flexível: autonomia e heteronomia no trabalho". Esforço semelhante é desenvolvido por Georgia Sobreira dos Santos Cêa e Neide Tiemi Murofuse em seu artigo "Processo de trabalho em frigoríficos e as possibilidades de constituição de novas sociabilidades". Ambos publicados na obra Trabalho, Educação e Sociabilidade.

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em educação. DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos. Relatório de Pesquisa Sobre a Situação dos Trabalhadores (as) da Educação Básica. 2003.

CURITIBA. Lei Complementar 103/2004 - Plano de Carreira dos Professores. Dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, altera a redação da Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976, e dá outras providências. Publicada no Diário oficial em 15 de março de 2004.

POCHMANN, Márcio (2003). Impactos das experiências internacionais de reforma trabalhista e os riscos da flexibilização da CLT no Brasil. Disponível em: <<http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm#ORIGENS>> DO SINDICALISMO NO BRASIL >. Acessado em 28/04/10, 15:06 horas.

REIS, Eduardo J. F. Borges dos et al. Docência e exaustão emocional. *Educ. Soc.* [online]. 2006, vol.27, n.94, pp. 229-253. ISSN 0101-7330.

SETP. Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. Programa Leite das Crianças. Disponível em: <<http://www.leite.pr.gov.br/modules/conteúdo/conteúdo.php?conteudo=8>>. Acessado em 08/09/2009.

SORIA BATISTA & DARIO EL MOOR, 1999, citado por BATISTA, *Analía Soria*. Trabalho e Violência: a degradação das condições de trabalho do educador(a). Disponível em: <<http://www.fenassec.com.br/artigos/art92.htm>>. Acessado em 21/08/09, as 10:41 horas.

SOUZA FILHO, Roberto Murillo de. A flexibilização da Legislação do Trabalho no Brasil. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/036/36csouza.htm>>. Acessado em 28/04/10, 15:06 horas.

SANTOS SOUZA, José dos (Org.). ARAÚJO, Renan (Org.). Trabalho, educação e sociabilidade. 1ª Ed. Maringá : Praxis : Massoni, 2010.